



## TERMO DE REFERÊNCIA

**1. OBJETO:** Contratação de empresa especializada no fornecimento de Equipamentos de Informática, Mobiliários e Eletroeletrônicos para atender as **Emenda Substitutiva à Emenda Impositiva n.º 1/2021 ao Projeto de Lei n.º 040/21 (LOA), destinado a Secretaria Municipal de Educação e a Emenda Impositiva n.º 8/2021 ao Projeto de Lei n.º 040/21 (LOA) destinada a Secretaria Municipal de Saúde.**

1.1. Os objetos deverão atender as especificações mínimas abaixo:

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.
1	AR CONDICIONADO SPLIT 30.000 BTU/ H FRIO 220 VOLTS - CONTROLE REMOTO EM PORTUGUÊS, SERPENTINA DE COBRE: MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO. CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A: MAIOR ECONOMIA DE ENERGIA. ALETAS ANTICORROSIVAS: ALETAS COM RESISTÊNCIA À CORROSÃO E À PROLIFERAÇÃO DE BACTÉRIAS. FILTRO DE AR: LAVÁVEL E FÁCIL DE TROCAR. GÁS R410A: ECOLOGICAMENTE CORRETO, NÃO INFLAMÁVEL, E MENOS NOCIVO À CAMADA DE OZÔNIO. DIVERSAS FUNÇÕES: DORMIR, TIMER, OSCILAR E TURBO. MODOS DE OPERAÇÃO: REFRIGERA, DESUMIDIFICA, VENTILA E AUTO. CONTROLE DE VENTILAÇÃO: BAIXO, MÉDIO, ALTO E AUTOMÁTICO.	2	UN
2	AR CONDICIONADO SPLIT 9000 BTUS INVERTER 220 VOLTS. VAZÃO DE AR DE 550 M³/H, CONTROLE SEM FIO, ALETAS OSCILANTES, SISTEMA DE FILTRAGEM, FUNÇÃO DE RELIGAMENTO AUTOMÁTICO EM CASO DE INTERRUPÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 220 VOLTS, GÁS ECOLÓGICO R-410A.	4	UN
3	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL 12000 BTU - CICLO QUENTE E FRIO COM VAZÃO DE AR DE 550 M³/H CONTROLE REMOTO SEM FIO, ALETAS VERTICAIS E HORIZONTAIS OSCILANTES, TECLA PARA TRAVAMENTO DO CONTROLE REMOTO; SISTEMA DE FILTRAGEM QUE IMPEDE A PROLIFERAÇÃO DE VÍRUS E BACTÉRIAS, FUNÇÃO AUTO RE-START (RELIGAMENTO AUTOMÁTICO EM CASO DE INTERRUPÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA), FUNÇÕES: TIMER 24 H, SLEEP , SWING, DRY , TURBO. GÁS ECOLÓGICO R-410ª, 220 VOLTS, CONSUMO 25,0 KW/H.	20	UN
4	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL 18000 BTU - CICLO FRIO COM VAZÃO DE AR DE 550 M³/H CONTROLE REMOTO SEM FIO, ALETAS VERTICAIS E HORIZONTAIS OSCILANTES, TECLA PARA TRAVAMENTO DO CONTROLE REMOTO; SISTEMA DE FILTRAGEM QUE IMPEDE A PROLIFERAÇÃO DE VÍRUS E BACTÉRIAS, FUNÇÃO AUTO RE-START (RELIGAMENTO AUTOMÁTICO EM CASO DE INTERRUPÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA), FUNÇÕES: TIMER 24 H, SLEEP , SWING, DRY , TURBO. 220 VOLTS. GÁS ECOLÓGICO R-410ª.	10	UN
5	ARMÁRIO DE AÇO MULTI-USO - ARMÁRIO DE AÇO MULTI-USO 2 (DUAS) PORTAS - C/ NO MINIMO 1,70A X 75L X 35P, 02 (DUAS) CÓPIAS DE CHAVES, 03 (TRÊS) PRATELEIRAS REGULÁVEIS, PINTURA EPÓXI - CINZA CLARO, TRATAMENTO ANTI - FERRUGEM, PÉS REFORÇADOS DE AÇO, PRODUZIDO EM AÇO DE ALTA QUALIDADE EM CHAPA 26,	2	UN



	TRATAMENTO ANTI-FERRUGINOSO, POSSUI CREMALHEIRA PARA AJUSTE DAS PRATELEIRAS, ESPECIFICAÇÃO DE CHAPA E ACABAMENTO: ARMÁRIO PRODUZIDO EM CHAPA DE AÇO TRATADA COM ANTI-FERRUGINOSO POR FOSFATIZAÇÃO E PINTURA EPÓXI-PÓ POR PROCESSO ELETROSTÁTICO. O ACABAMENTO EM SISTEMA DE PINTURA ELETROSTÁTICA A ALTA TEMPERATURA A PÓ (EPÓXI) TAMBÉM GARANTE MAIOR DURABILIDADE DA COR E RESISTÊNCIA À FERRUGEM.		
6	BEBEDOURO REFRIGERADO 110V OU BIVOLT, PARA GARRAÇÃO DE ATÉ 20L, TIPO COLUNA. BEBEDOURO TIPO COLUNA, PARA GARRAÇÃO DE 20 LITROS, COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO; CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: DUAS TORNEIRAS, APARADOR DE ÁGUA REMOVÍVEL, RESERVATÓRIO DE ÁGUA GELADA COM CAPACIDADE P/ 2L, TEMPERATURA DA ÁGUA GELADA ENTRE 5 E 15°C, POTÊNCIA DE 90W; COLUNA DE PLÁSTICO INJETADO OU INOX, EM COR BRANCA OU PRETA OU PRATA, MEDINDO APROX. 101 X 31 X 32 CM; 110V OU BIVOLT.	1	UN
7	CADEIRA LONGARINA PLÁSTICA DE QUATRO LUGARES, PRETA OU AZUL. CADEIRAS INTERLIGADAS POR TUBOS DE AÇO INDUSTRIAL EM FORMATO ARREDONDADO, OVALADO OU ACHATADO, SEM ESTOFAMENTO E FORRAÇÃO, COM ASSENTO E ENCOSTO ANATÔMICOS, EM PLÁSTICO INJETADO DE ALTO IMPACTO, SEM APOIO DE BRAÇOS; COR AZUL OU PRETA; SAPATAS ANTIDERRAPANTES; DIMENSÕES APROXIMADAS: ASSENTO 480MM (L) X 470MM (P), ENCOSTO 500MM (A) X 480MM (L), ALTURA DO ASSENTO 450MM, ALTURA TOTAL 830MM, COMPRIMENTO TOTAL 1.500MM. ATENDENDO NORMAS ABNT.	2	UN
8	IMPRESSORA COLORIDA A LASER - TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: LASER COLOR; VELOCIDADE MÍNIMA DE IMPRESSÃO: 16PPM A4 COLOR; RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: 600X2400 DPI; GRAMATURA DE PAPEL SUPOSTADAS: 60 A 163G/M2; IMPRESSÃO EM DUPLEX: AUTOMÁTICA; CICLO DE TRABALHO MENSAL MÍNIMA: 1300P A4; CICLO DE TRABALHO TOTAL: 30000P; MEMÓRIA INTERNA: MÍNIMA 256 MB; DISPLAY: LED INDICADOR DE STATUS; INTERFACE/CONECTIVIDADE: USB 3.0/2.0, RJ-45 10/100/1000; ALIMENTAÇÃO: 110V OU BIVOLT; COMPATIBILIDADE: MICROSOFT WINDOWS E MAC; MÍDIA DE DRIVERS E SOFTWARES, BEM COMO MANUAL DE OPERAÇÃO E INSTALAÇÃO, AMBOS EM PORTUGUÊS DO BRASIL, TODOS ORIGINAIS E PROVIDOS PELO FABRICANTE	3	UN
9	NOTEBOOK 8GB: NOTEBOOK COM PROCESSADOR PADRÃO X86 COM NÚCLEO QUADRUPLO DE NO MÍNIMO DE 2.3 GHZ DE FREQUÊNCIA DE BASE, MEMÓRIA CACHE DE NO MÍNIMO 6MB E TDP MÁXIMO DE 15W; PLACA MÃE COM CHIPSET DO MESMO FABRICANTE DO PROCESSADOR; DESENVOLVIDA PELO MESMO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO; POSSUIR 2 (DOIS) SLOTS DE MEMÓRIA DDR4 COM BARRAMENTO 2400/2666MHZ COM SUPORTE A NO MÍNIMO 32GB DE MEMÓRIA RAM OU SUPERIOR NÃO SERÁ PERMITIDO MEMÓRIA INTEGRADA NA PLACA PRINCIPAL; MEMÓRIA RAM INSTALADA DE 8GB DDR4, COM FREQUÊNCIA 2666MHZ OU SUPERIOR; INTERFACE DE REDE INTEGRADA 10/100/1000MBPS RJ45 ; PLACA DE REDE WIRELESS DUAL-BAND (2.4/5 GHZ ) E BLUETOOTH 5.0;	5	UN



	CONTROLADORA DE ÁUDIO ON-BOARD DE ALTA DEFINIÇÃO COM DOIS ALTO-FALANTES INTERNOS DE NO MÍNIMO 2W ; USB MÍNIMO 01 PORTAS USB PADRÃO 2.0 E NO MÍNIMO 02 PORTAS USB PADRÃO 3.1;; 01 SLOTS M.2; CONTROLADORA DE VÍDEO ON-BOARD; DISCO 01 (UM) DISCO DE ESTADO SOLIDO (SSD) DE NO MÍNIMO 240GB M.2 OU SUPERIOR O EQUIPAMENTO DEVERA SUPORTAR 2 (DOIS) DISCOS ; LEITOR E GRAVADOR DE SMART CARD USB; TECLADO PADRÃO; MOUSE TOUCH PAD; TELA DE NO MÍNIMO 14 " ANTIRREFLEXIVA DE ALTA DEFINIÇÃO COM RESOLUÇÃO DE NO MÍNIMO 1366X768 ; WEBCAM INTEGRADA AO EQUIPAMENTO COM TECNOLOGIA DE SENSOR CMOS 0.92 MEGAPIXELS .SAÍDA DE VÍDEO PORTA HDMI, 1 PORTA USB TIPO C COM DISPLAYPORT 1.2; ITENS DE SEGURANÇA CHIP DE SEGURANÇA E CRIPTOGRAFIA DE ACESSO PADRÃO TPM 2.0 OU SUPERIOR INTEGRADO; ABERTURA PARA TRAVA DE SEGURANÇA TIPO KENSINGTON; POSSUIR BATERIA DE NO MÍNIMO 3 CÉLULAS OU 40WHR; FONTE ALIMENTAÇÃO AC EXTERNA 100-240V SELEÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PROFESSIONAL 64 BITS OU SUPERIOR EM IDIOMA PORTUGUÊS COM LICENÇA DE USO. A CHAVE DO PRODUTO DEVE ESTAR GRAVADA NA BIOS; CERTIFICAÇÕES NO MÍNIMO, ENERGYSTAR, EPEAT, IEC 60950 E INMETRO 170/2012. DEVE ACOMPANHAR MALETA OU MOCHILAS PARA TRANSPORTE COM COMPARTIMENTOS ACOLCHOADOS E FORRADOS PARA ARMAZENAR DOS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS.		
10	PROJETOR MULTIMÍDIA - SISTEMA DE PROJEÇÃO COM TECNOLOGIA 3LCD OU LCD; MÉTODO DE PROJEÇÃO FRONTAL, RETROPROJEÇÃO E TETO; BRILHO EM CORES COM NO MÍNIMO 3000 LUMENS; BRILHO EM BRANCO COM NO MÍNIMO 3000 LUMENS; RESOLUÇÃO NATIVA WXGA 1280 X 1080; VIDA ÚTIL DA LÂMPADA DE NO MÍNIMO 6000 HORAS OPERANDO EM MODO NORMAL; CORREÇÃO TRAPEZOIDAL VERTICAL E HORIZONTAL (KEystone) DE +/- 30 GRAUS; TAXA DE CONTRASTE DE NO MÍNIMO 15.000:1; LENTES DE PROJEÇÃO COM: ZOOM ÓPTICO E FOCO MANUAL, COM AMPLIAÇÃO MÍNIMA DE 1,0 Á 1,2; TAMANHO DA PROJEÇÃO DIAGONAL COM NO MÍNIMO 300 POLEGADAS OU MAIOR; FORMATO DE IMAGEM COMPATÍVEL COM 16:9; INTERFACES: SINAL DE VÍDEO ANALÓGICO E DIGITAL; ENTRADA DE ÁUDIO MINI STEREO; CONEXÕES DE ENTRADA: NO MÍNIMO 01 (UMA) INTERFACE VGA RGB D-SUB DE 15 PINOS; NO MÍNIMO 01 (UMA) ENTRADA HDMI; NO MÍNIMO 01 (UMA)ENTRADA USB TIPO A; NO MÍNIMO 01 (UMA) ENTRADA USB TIPO B; NO MÍNIMO 01 (UMA) INTERFACE DE VÍDEO RCA; 01 (UMA) INTERFACE DE REDE COM FIO (LAN RJ-45); ÁUDIO COM ALTO FALANTES DE NO MÍNIMO 5W MONO; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA DE 100 A 240 VAC - 50/60HZ; TIPO DE LÂMPADA DE ATÉ 220W; OPÇÃO DE MENU EM PORTUGUÊS; DOCUMENTAÇÃO E MANUAL DE OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA; DEVERÁ POSSUIR BARRA DE SEGURANÇA/FIXAÇÃO; COM ORIFÍCIO PARA TRAVA DE SEGURANÇA TIPO KENSINGTON; DEVE POSSUIR FUNÇÃO DE PROTEÇÃO POR SENHA; ACESSÓRIOS: CONTROLE REMOTO COM PILHAS AA; CABOS E CONEXÕES: CABO DE ALIMENTAÇÃO; CABO HDMI/VGA DE ALTA QUALIDADE;	2	UN
11	SMART TV 43" LED FULL HD - QUALIDADE DE IMAGEM EM ALTA DEFINIÇÃO, A QUALIDADE DE IMAGEM FHD (1920X1080), A	2	UN



	QUALIDADE DE ÁUDIO DOLBY DIGITAL PLUS, POTENCIA BIVOLTS, WI-FI INTEGRADO, HDMI 2 ENTRADAS, BLUETOOTH, USB 1 ENTRADA, SAÍDA DE ÁUDIO DIGITAL, SISTEMA OPERACIONAL TIZEN, ETHERNET LAN, GARANTIA: - 12 MESES   PELO FABRICANTE. 01 CONTROLE REMOTO, BATERIAS PARA O CONTROLE REMOTO, 01 CABO DE FORÇA, - 01 MANUAL DO USUÁRIO. DIMENSÕES DO PRODUTO: - ALTURA SEM SUPORTE/ COM SUPORTE: 571,9/ 596,6 MM - LARGURA SEM SUPORTE/ COM SUPORTE: 979,9 / 979,9 MM - PROFUNDIDADE SEM SUPORTE/ COM SUPORTE: 77,3/ 170,3 MM - PESO SEM SUPORTE/ COM SUPORTE: 8/ 8,2 KG - TAMANHO DA BASE/ PÉS (L X P): 887,5 X 170,3 MM		
12	COMPUTADOR ALL IN ONE COM PROCESSADOR PADRÃO X86 COM NÚCLEO SÊXTUPLO DE NO MÍNIMO DE 1.8 GHZ DE FREQUÊNCIA DE BASE, MEMÓRIA CACHE DE NO MÍNIMO 9MB E TDP MÁXIMO DE 35W; MEMÓRIA RAM INSTALADA DE 8GB DDR4, COM FREQUÊNCIA DE NO MÍNIMO 2666MHZ; INTERFACE DE REDE INTEGRADA 10/100/1000MBPS; PLACA DE REDE WIRELESS DUAL-BAND E BLUETOOTH NO MÍNIMO 4.2; CONTROLADORA DE ÁUDIO ON-BOARD DE ALTA DEFINIÇÃO; USB MÍNIMO 01 PORTAS USB PADRÃO 2.0 E NO MÍNIMO 02 PORTAS USB PADRÃO 3.0 OU SUPERIOR; 01 CONECTOR DE ÁUDIO UNIVERSAL; NO MÍNIMO 01 PORTA HDMI; TELA COM FORMATO DA IMAGEM 16:9 NO MÍNIMO 21 POLEGADAS; RESOLUÇÃO 1920X1080; ARMAZENAMENTO: 01 SSD (SOLID STATE DRIVE) NVME M.2 256GB PCIE OU SUPERIOR; TECLADO PADRÃO ABNT2; MOUSE ÓPTICO COM DISPOSITIVO DE ROLAGEM (SCROLL); FONTE DE ALIMENTAÇÃO COM TENSÃO DE ENTRADA BIVOLT AUTOMÁTICA (100-240V); TODOS OS COMPONENTES COM SEUS RESPECTIVOS CABOS, DRIVES E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA; TODOS OS COMPONENTES TECLADOS, MOUSE E MONITOR DEVERÃO SER DO MESMO FABRICANTE DO MICROCOMPUTADOR; SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 10 64 BITS OU SUPERIOR EM IDIOMA PORTUGUÊS COM LICENÇA DE USO. A CHAVE DO PRODUTO DEVE ESTAR GRAVADA NA BIOS; WEBCAM: RESOLUÇÃO 1280 X 720 OU SUPERIOR.	18	UN
13	NOTEBOOK COM PROCESSADOR PADRÃO X86 COM NÚCLEO DUPLO DE NO MÍNIMO DE 1.8 GHZ DE FREQUÊNCIA DE BASE, MEMÓRIA CACHE DE NO MÍNIMO 6MB E TDP MÁXIMO DE 28W; PLACA MÃE COM CHIPSET DO MESMO FABRICANTE DO PROCESSADOR; DESENVOLVIDA PELO MESMO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO; POSSUIR 2 (DOIS) SLOTS DE MEMÓRIA DDR4 COM BARRAMENTO 2400/2666MHZ COM SUPORTE A NO MÍNIMO 32GB DE MEMÓRIA RAM OU SUPERIOR NÃO SERÁ PERMITIDO MEMORIA INTEGRADA NA PLACA PRINCIPAL; MEMÓRIA RAM INSTALADA DE 4GB DDR4, COM FREQUÊNCIA DE NO MÍNIMO 2666MHZ; INTERFACE DE REDE INTEGRADA 10/100/1000MBPS; PLACA DE REDE WIRELESS DUAL-BAND E BLUETOOTH NO MÍNIMO 4.2; CONTROLADORA DE ÁUDIO ON-BOARD DE ALTA DEFINIÇÃO COM DOIS ALTO-FALANTES INTERNOS DE NO MÍNIMO 2W ; USB MÍNIMO 01 PORTAS USB PADRÃO 2.0 E NO MÍNIMO 02 PORTAS USB PADRÃO 3.1,; 01 SLOTS M.2; CONTROLADORA DE VÍDEO ON-BOARD; DISCO 01 (UM) HDD DE NO MÍNIMO 500GB OU 01 (UM) DISCO DE ESTADO SOLIDO (SSD) DE NO MÍNIMO 256GB M.2 OU SUPERIOR; O EQUIPAMENTO DEVERA	25	UN



	SUPORTAR 2 (DOIS) DISCOS ; LEITOR E GRAVADOR DE SMART CARD USB; TECLADO PADRÃO; MOUSE TOUCH PAD; TELA DE NO MÍNIMO 14 “ ANTIRREFLEXIVA DE ALTA DEFINIÇÃO COM RESOLUÇÃO DE NO MÍNIMO 1366X768; WEBCAM INTEGRADA AO EQUIPAMENTO COM TECNOLOGIA DE SENSOR CMOS 0.92 MEGAPIXELS.SAÍDA DE VÍDEO PORTA HDMI, ITENS DE SEGURANÇA: CHIP DE SEGURANÇA E CRIPTOGRAFIA DE ACESSO PADRÃO TPM 2.0 OU SUPERIOR INTEGRADO; ABERTURA PARA TRAVA DE SEGURANÇA TIPO KENSINGTON; POSSUIR BATERIA DE NO MÍNIMO 3 CÉLULAS OU 40WHR; FONTE ALIMENTAÇÃO AC EXTERNA 100-240V SELEÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 64 BITS OU SUPERIOR EM IDIOMA PORTUGUÊS COM LICENÇA DE USO. A CHAVE DO PRODUTO DEVE ESTAR GRAVADA NA BIOS; CERTIFICAÇÕES NO MÍNIMO, ENERGYSTAR, EPEAT, IEC 60950 E INMETRO 170/2012. DEVE ACOMPANHAR MALETA OU MOCHILAS PARA TRANSPORTE COM COMPARTIMENTOS ACOLCHOADOS E FORRADOS PARA ARMAZENAR DOS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS.		
--	---	--	--

## 2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1. O município de Ribas do Rio Pardo, busca aquisição de Equipamentos de Informática, Mobiliários, Eletroeletrônicos para atender as **Emenda Substitutiva à Emenda Impositiva n.º 1/2021 ao Projeto de Lei n.º 040/21 (LOA), destinado a Secretaria Municipal de Educação e a Emenda Impositiva n.º 8/2021 ao Projeto de Lei n.º 040/21 (LOA) Secretaria Municipal de Saúde.**

2.2. Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Saúde busca a aquisição de ar condicionado para instalação em suas unidades, vem atender um dos conceitos de bem-estar, para o ser humano, que é muito amplo, podendo englobar aspectos físicos e subjetivos (emocionais e psíquicos), no entanto, trataremos aqui das condições térmicas, “conforto térmico”. Nesse contexto, sem o conforto térmico o corpo, transpiram em excesso, tem maior possibilidade de cansaço, sono, indisposição e até mesmo falta de ar, sem mensurar os agravos em quadro clínicos de saúde, como por exemplo, pressão alta ou baixa, enxaquecas, etc., que se intensificam com o calor.

2.3. Com a aquisição de aparelhos novos e mais eficientes, teremos uma maior confiabilidade no sistema de refrigeração, um melhor conforto térmico, com ganhos na qualidade do ar refrigerado, no conforto acústico, como também na redução do consumo de energia elétrica.

2.4. Concluindo o exposto é visível a necessidade da aquisição de aparelhos de ar condicionado, garantindo o conforto dos servidores e usuários do serviço público, proporcionando o bem-estar, saúde e conforto térmico.

2.5. Além disso busca adquirir bebedouro, aparelho de tv, cadeira longarina para substituição a itens em situação precária de uso.



2.6. A Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Educação busca a aquisição de equipamentos de informática e eletroeletrônicos, tendo em vista que nos últimos anos a informática tornou-se uma ferramenta fundamental para a execução dos serviços no setor público. No município grande parte dos processos de trabalho já opera em sistemas de informação.

2.7. Como acontece com a maioria das tecnologias, as estações de trabalho (computadores) sofrem um processo de depreciação natural que, associado ao avanço das tecnologias, imprime aos gestores a tomada de medidas que garantam a continuidade das informações de forma profícua. A continuidade dos serviços é um dos atributos principais a ser levado em conta, tendo em vista que a interrupção da prestação dos serviços públicos causaria transtornos aos administrados e, por reflexo, aos cidadãos.

2.8. Além da necessidade de substituição de diversos computadores, houve um aumento de servidores, devido à crescente demanda de trabalhos no município, com a construção da maior fábrica de celulose do mundo, viu-se a necessidade de contratação de mais servidores, com criação de novas frentes de trabalho, necessitando assim, de aquisição de novos equipamentos, além de adquirir nos aparelhos eletroeletrônicos para suprir as necessidades dos departamentos.

2.9. Desta forma, faz-se necessária a aquisição de equipamentos que possam ser utilizados para substituição e acréscimo, garantindo a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e bem estar dos servidores.

### 3. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

3.1. Para fins de habilitação, será exigida na licitação da proponente vencedora os documentos abaixo, sob pena de inabilitação, consistentes em:

3.1.1. Para fins de **habilitação jurídica**:

a) tratando-se de empresa individual, requerimento de empresário individual, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante); ou

b) tratando-se de sociedades comerciais, ato constitutivo ou estatuto em vigor e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante); ou

c) tratando-se de sociedades por ações (S/A), ato constitutivo ou estatuto em vigor e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial (sede da licitante), acompanhado de documentos de eleição dos atuais administradores em exercício; ou

d) tratando-se de sociedades civis, ato constitutivo ou estatuto em vigor e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas (PJ), acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou

e) tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira, ato de registro ou decreto de autorização para funcionamento no País, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; ou

- f) tratando-se de microempreendedor individual (MEI), Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, ou
- g) tratando-se de sociedades cooperativas, ato constitutivo ou estatuto em vigor e última alteração subsequente, com fulcro no art. 14, da Lei Federal nº 5.764/1971, acompanhado do “modelo de gestão operacional”, conforme disposto no art. 10, § 1º, c/c art. 11, da IN nº 05/2017 (MPDG).

3.1.2. Para fins de habilitação **fiscal e trabalhista**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, se houver, conforme competência e personalidade jurídica da empresa, relativa ao domicílio ou sede da licitante que ora se habilita
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social (INSS), mediante Certidão Negativa de Débitos (CND), ou, Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPN), relativos aos Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida conjunta pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma da Lei. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014)
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante Certidão Negativa de Débitos (CND), ou, Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPN), relativos aos Créditos Tributários de ICMS, expedida pelo órgão competente, relativa ao domicílio ou sede da empresa que ora se habilita, na forma da Lei.
- e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo De Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade de Situação – CRF, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei. (Lei Federal nº 8.036/1990)
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou, Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa (CPN), expedida pelo TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO – TST (<http://www.tst.jus.br>), nos termos do Decreto-Lei nº 5.452/1943, Consolidação das Leis do Trabalho. (art. 29, inciso V, da Lei 8.666/1993)

3.1.3. Para fins de atendimento da **qualificação econômica-financeira**:

- a) Certidão negativa de falência e de recuperação judicial, expedida pelo distribuidor, ou distribuidores, se for o caso, da sede da licitante, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
  - a.1) Caso não houver prazo fixado, a validade será de 60 (sessenta) dias.
  - a.2) Serão admitidas a participação, de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente.

**3.1.4. Para fins de atendimento das declarações:**

3.1.4.1. Declaração expressa da licitante, devidamente assinada pelo responsável que:

(1) Conhece, aceita e se submete a todas às condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como, às disposições técnicas e oficiais, tendo recebido todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral e pleno das obrigações assumidas, relativas à licitação, ressalvando-se o direito recursal.

(2) Se compromete, formalmente, para satisfazer a execução do objeto licitado, de acordo com os prazos, planejamentos e especificações que fazem parte integrante e complementar do Edital, pelo preço e condições constantes da proposta ofertada, assim como assegurar à Administração o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser vencedora no presente certame, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei.

(3) Está ciente das condições da licitação, que responderá pela veracidade e autenticidade das informações constantes da documentação e proposta oferecida ao certame, e que, se necessário, a qualquer tempo, fornecerá informações e documentações complementares, sempre que solicitadas pelo Pregoeiro e/ou pela Administração.

(4) Declara, para os devidos fins que, nos termos do inciso VII, artigo 4º da Lei Federal 10.520/2002, cumprirá plenamente os requisitos da habilitação exigidos no Edital de licitação, bem como manterá durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

(5) Não possui em seu quadro permanente de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou ainda, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal de 1988, relativo à proibição do trabalho do menor. (Lei Federal nº 9.854/1999)

(6) Inexiste qualquer ato e/ou fato impeditivo, que possa comprometer sua idoneidade moral, financeira, técnica ou econômica, de participar da presente licitação, bem como, também, que:

(7) Não há, no quadro societário da empresa, entre seus sócios, proprietários, dirigentes e/ou administradores, qualquer pessoa que faça parte de empresas declaradas inidôneas, que esteja com suspensão temporária e impedida de contratar com o Município de RIBAS DO RIO PARDO-MS, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, ou mesmo, impedida de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei, comprometendo-se a declarar, a qualquer tempo, a ocorrência de fatos posteriores e supervenientes à data de realização da licitação, nos termos do art. 32, § 2º, da mesma Lei.

(8) Não há, no quadro societário da empresa, entre seus sócios, proprietários, dirigentes e/ou administradores, qualquer pessoa que pertença ao quadro de servidores da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO-MS, além disso, também, que, não possui em seu quadro permanente de



pessoal, por empregado, responsável técnico, subordinado e/ou subcontratado, pessoa que apresente qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física (PF) ou jurídica (PJ), e a licitante, ou que seja responsável, esteja incurso ou integre comissão de licitação, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/1993.

(9) Não há no quadro societário da empresa, proprietários, dirigentes e/ou administradores, qualquer pessoa que, considerando o cônjuge, o(a) companheiro(a) ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 2º (segundo) grau, seja familiar de:

- (i) Agente político (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador);
- (ii) Ordenador de Despesa ou Secretário Municipal requerente da pretensa contratação (ou da Secretaria Licitante);
- (iii) Servidor ou agente público lotado, com qualquer outro vínculo, gerência ou informação privilegiada na Secretaria Licitante;
- (iv) Servidor ou agente público lotado, com qualquer outro vínculo, gerência ou informação privilegiada na Coordenadoria de Licitação.

Adverte-se que Declaração falsa desclassificará o participante do certame e pode provocar a persecução de responsabilidades.

3.1.4.2. Declaração expressa da licitante, devidamente assinada pelo responsável, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de elaboração independente de proposta.

Não será admitida a contratação de licitantes inscritos no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

#### **4.DA EXECUÇÃO/ENTREGA, RECEBIMENTO E ACEITE**

4.1. O objeto desta licitação deverá ser executado/entregue, conforme designado pela Secretaria e/ou Órgão requisitante competente, no prazo máximo de **30 (trinta) dias** a contar da emissão da Autorização de Fornecimento (AF) ou Ordem de Serviço (OS), emitida por parte da CONTRATANTE, conforme cada caso, em nome da CONTRATADA.

4.2. O objeto deverá ser entregue pela contratada no perímetro urbano do município de Ribas do Rio Pardo – MS, nos endereços constantes na Autorização de Fornecimento (AF) ou Ordem de Serviço (OS), em dia e horário de expediente.

4.3. O valor proposto deverá contemplar todas as despesas concernentes ao objeto desta aquisição, tais como: transporte, descarga, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, fretes, taxas e outras despesas de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

4.4. O transporte e a descarga dos produtos nos locais designados correrão por conta exclusiva da empresa Contratada, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.

4.5. Os objetos, deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal respectiva, delas devendo constar, o produto, o valor unitário, a quantidade entregue; o valor total, além das demais exigências legais pertinentes.

4.6. Caso o item entregue não esteja em conformidade com o solicitado, será responsabilidade da contratada a substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação da não aceitação, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

4.7. O objeto será recebido:

4.7.1. O recebimento dos itens se efetivará, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Federal n. 8.666/93 nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação.

b) Definitivamente, até o prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento provisório, por servidor designado que procederá ao recebimento, verificando as especificações e as quantidades dos produtos entregues, em conformidade com o exigido neste Termo. Consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.8. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

5.1. A Contratada obriga-se a:

a) Entregar o item previsto no presente documento no local indicado pela CONTRATANTE;

b) Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;

c) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços contratados;

d) Responsabilizar-se única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução do objeto do presente instrumento;

e) manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas,

relativas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo, a que este se vincula; (art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993);

- f) responsabilizar-se por todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas, tributos e/ou encargos incidentes, ou que venham a incidir sobre a execução do objeto, competindo inclusive àquelas decorrentes de suas atividades, de seus profissionais e de sua estrutura (física, organizacional, comportamental, logística ou tecnológica), ou ainda, qualquer dispêndio junto à órgãos de serviços públicos, entidades e/ou outras empresas de terceiros, em parceria ou não, assim entendido toda e qualquer outra que se faça necessário para a perfeita e fiel execução do contrato, como, também, o cumprimento integral das obrigações assumidas, em decorrência deste; (art. 71, da Lei nº 8.666/1993)
- g) prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE e cujas exigências se obriga a atender prontamente;

## 5.2. A Contratante obriga-se a:

- a) Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelo fornecimento de acordo com as disposições do presente contrato;
- b) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- c) Acompanhar o fornecimento/execução e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução podendo impugnar os em desacordo com os licitados, os quais deverão ser substituídos correndo as despesas oriundas destes por conta da contratada; prestar à CONTRATADA, toda e qualquer informação por ela solicitada, necessárias à perfeita execução do objeto;
- d) atestar as Notas Fiscais (NF) apresentadas pela CONTRATADA, relativa à parcela do objeto contratado, conforme ajuste representado pelo empenho contábil e/ou instrumento congênere;
- e) efetuar o pagamento à CONTRATADA, nos prazos avençados, após a efetiva comprovação da despesa, e cumpridos todos os ditames administrativos referente à sua liquidação;
- f) exercer a fiscalização ou o acompanhamento dos trabalhos de execução, por intermédio de servidor designado, com autoridade para exercer em nome da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação e controle, considerando a natureza do objeto contratado;
- g) notificar à CONTRATADA, da aplicação de penalidades e/ou sanções, aplicando-as pela inexecução total ou parcial do ajuste, com observância da legislação em vigor; (art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993).

## 6. DO PAGAMENTO

**6.1.** O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até **30 (trinta) dias** após apresentação da Nota Fiscal (NF), devidamente atestada pela Secretaria e/ou Órgão requisitante competente, designada ao **FISCAL DE CONTRATO**, conforme

disposições contidas nos arts. 62 e 63, da Lei nº 4.320/1964, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assim como, também, o que dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/1993.

**6.2.** Para pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal (NF), emitida em nome da CONTRATANTE, na titularidade do CNPJ/MF vinculado à Secretaria, Fundo e/ou Órgão competente, conforme o ordenamento da despesa pública municipal, de acordo com a parcela de execução do objeto, contendo de forma clara e legível, no mínimo: número do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, descrição do objeto, quantitativos e os respectivos valores, unitário e total. A Nota Fiscal (NF) deverá estar acompanhada, das seguintes certidões negativa ou positiva com efeito de negativa e prova de regularidade, para com a(s) ou o(s):

I- Fazenda Federal e a Seguridade Social (INSS) – certidão conjunta;

II- Fazenda Estadual;

III- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

IV- Justiça do Trabalho (CNDT).

**6.3.** Antes de qualquer pagamento à CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá realizar consulta aos sítios oficiais de internet, para verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, condição que implicará diretamente quanto à efetivação da liquidação da despesa.

**6.4.** Para efeito de pagamento, será observado o disposto na legislação vigente aplicável, quanto às retenções tributárias, recolhimento e/ou fiscalização dos respectivos encargos e obrigações instituídas por Lei, em especial, relativos ao ICMS.

**6.5.** Sempre que for o caso, serão exigidas Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), em atendimento ao Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com alterações posteriores, regulamentado pelo CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA – CONFAZ, que estabelece sua obrigatoriedade para pagamentos a partir de 1º de abril de 2011.

**6.6.** Havendo erros e/ou incorreções na apresentação da Nota Fiscal (NF), ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à CONTRATADA, para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE, por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação do respectivo pagamento. Nesta hipótese, o prazo para pagamento, iniciar-se-á, após a comprovação da regularidade por parte da CONTRATADA, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**6.7.** Constatando-se qualquer irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, para que no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação, ou ainda, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo ser prorrogado em uma única vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE, a qual deverá adotar as medidas necessárias, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma da Lei.

**6.8.** Havendo a efetiva execução, relativa ao objeto do contrato, os pagamentos serão realizados

normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente, caso a CONTRATADA, em inadimplência, não regularize sua situação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/1993.

**6.9.** A CONTRATANTE não se responsabilizará, por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido objeto de contrato, ou ainda, que por qualquer outro motivo, não esteja estabelecido sob as condições contratuais.

**6.10.** Não caberá, pagamento e/ou reembolso antecipado, por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA, ressalvado por condições devidamente justificadas pela Administração, e condicionadas às excepcionalidades previstas na Lei. (Acórdãos TCU nº 134/1995, 059/1999, 3614/2013 e 1565/2015 – Ambos do Plenário)

## **7.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Pelo descumprimento das obrigações assumidas, caracterizado pela recusa da fornecedora em manter a proposta, assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, sujeito às seguintes penalidades a juízo do órgão do município no que lhe couber:

- I - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;
- II - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

7.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

7.3. Por atraso injustificado na execução:

- I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o quinto dia;
- II – Cancelamento do empenho.
- III – Rescisão unilateral do contrato após o quinto dia de atraso.

7.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato:

- I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;
- II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade não executada;
- III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



7.4.1. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

7.5. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - Suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral do Município.

7.6 A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração, enquanto não adimplida a obrigação.

7.7. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

7.8. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração da aplicação da pena.

7.9. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral do Município.

7.10. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 7.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 7.7, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

7.11. Aplicar-se-á advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

7.12. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município;

## **8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação, ocorrerão à conta dos recursos consignados, no orçamento geral do órgão contratante, aportadas para o exercício financeiro do ano corrente, ou no futuro, à dotação que a substituir, em razão de alterações do orçamento contábil, ou necessidade da administração, constantes do respectivo contrato, nota de empenho e/ou instrumento equivalente.



8.2. As despesas da presente licitação poderão utilizar as seguintes dotações:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Unidade	020501 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Funcional	12.361.0011.2103.0000 – Rede Municipal de Ensino Fundamental
Catec. Econ.	44.90.52.99 – Outros Materiais Permanentes
Ficha	553
Fonte de Recurso	1-01

Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE
Unidade	020601 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional	10.301.0010.2084.0000 – Serviços de Atenção Primária
Catec. Econ.	44.90.52.35 – Equipamentos de Processamento de Dados
Ficha	278
Fonte de Recurso	1-02

## 9. DA MODALIDADE, JULGAMENTO E VIGÊNCIA DA LICITAÇÃO

9.1. A contratação ora pretendida deverá ser realizada mediante a deflagração de licitação pela modalidade de **Pregão Presencial** para formalização do **Contrato Administrativo**. Mencionamos que o gestor e sua equipe se deparam com a real complexidade da gestão pública e suas limitações, precisando desvendar a máquina estatal para colocar em prática os planos de governo. E nessa seara encontra-se a adesão ao pregão eletrônico, que demanda tempo para que seja preparada a sua adesão ao sistema que melhor se encaixará aos anseios do município, assim como o treinamento de toda uma gama de servidores que farão a operacionalização desse sistema, que não deixa de ser uma incógnita para muitos que trabalham no setor público. Também não pode ser esquecida a orientação e conscientização do mercado local, que até então está acostumado a participar de certames presenciais e agora terão que se adaptar a nova realidade do pregão eletrônico. Todas essas imposições exigem certo período para que sejam adaptadas e ocorram da melhor maneira possível. O que significa que serão implantadas no município, dentro do tempo necessário, estando em processo de implantação.

9.2. As propostas deverão ser julgadas com o critério de **menor preço por item**.

9.3. A referida contratação terá vigência **90 (noventa) dias**, a contar da assinatura do contrato.

## 10. DO FISCAL DE CONTRATO

10.1. A execução do objeto do contrato oriundo desta licitação será acompanhada e fiscalizada pela Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo - MS, através de(a) servidor designado(a) para este fim denominado(a) de fiscal do contrato, a quem competirá, entre outras atribuições:

10.1.1. Solicitar à empresa e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução do(s) contrato(s) e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências.

10.1.2. Verificar a conformidade da execução das entregas com as normas especificadas na legislação e neste instrumento.

10.1.3. Ordenar à empresa a correção ou refazimento das entregas ou partes delas executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações constantes da licitação ou da legislação aplicável.

10.1.4. Juntar os documentos necessários, relatórios das ocorrências (falhas) e demais informações relevantes observadas na execução do contrato para envio ao conhecimento da autoridade superior e providências das medidas a serem adotadas, inclusive, instauração de procedimento administrativo e aplicação das sanções cabíveis.

Ribas do Rio Pardo - MS, 11 de novembro de 2022.

Everson Santos de Souza  
Servidor da Secretaria  
Municipal de Saúde

Tamara da Silva Mariz  
Servidora da Secretaria de  
Educação

Adriana Siqueira Lins  
Servidora do Departamento de  
ETP

**Aprovado por:**

Marcos André de Melo  
Secretário de Saúde

Nizael Flores de Almeida  
Secretário de Educação